

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL – ARMÊNIA

Lucca Simonetti Munhoz¹

Rodrigo Daniel Paiva Monteiro de Carvalho²

Resumo


A República Federativa do Brasil e a República da Armênia estabeleceram relações diplomáticas em 1992, logo após a independência armênia decorrente da desintegração da União Soviética. Este artigo procura analisar as relações diplomáticas entre a Armênia e o Brasil no período do pós-Guerra Fria e correlacioná-las com as principais diretrizes das políticas externas, estabelecidas pelos governos dos dois países. As relações são analisadas a partir de seu desenvolvimento histórico, do intercâmbio comercial bilateral, do posicionamento brasileiro quanto aos conflitos que envolvem a Armênia e seus vizinhos, e da influência política exercida pela comunidade da diáspora armênia no Brasil. Conclui-se que, apesar dos avanços observados nos últimos anos, o estado atual da cooperação está aquém do seu potencial e que os esforços diplomáticos empreendidos pela Armênia não vêm sendo correspondidos no mesmo grau pelo Brasil.

Palavras-chave: relações Brasil-Armênia; política externa brasileira; política externa armênia; diáspora armênia no Brasil.

Abstract

The Federative Republic of Brazil and the Republic of Armenia established diplomatic relations in 1992, just after Armenian independence resulting from the dissolution of the Soviet Union. This paper seeks to analyse the diplomatic relations between Armenia and Brazil in the post-

1. Graduando de Relações Internacionais pela UFRJ, alunos de iniciação científica, membro do GPPI e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, e-mail: lsimonettimunhoz@gmail.com.
2. Mestre em História Comparada pela URFJ e doutorando em Estudos Contemporâneos pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra. E-mail para contato: rodrigomonteirodecarvalho@gmail.com.




Cold War period and correlate them with the main foreign policies guidelines established by the governments of both the countries. Relations are analysed from their historical background, bilateral trade, Brazil's stance on the conflicts involving Armenia and its neighbours, and the political influence exerted by the Armenian diaspora community in Brazil. One of the conclusions is that despite the advances observed in recent years, the current state of cooperation is falling short of its potential and that diplomatic efforts by Armenia have not been matched in the same degree by Brazil.

Keywords: Brazilian-Armenian relations; Brazilian foreign policy; Armenian foreign policy; Armenian diaspora in Brazil.

1. Introdução

A República da Armênia, da forma como se constitui atualmente, proclamou soberania após um referendo organizado em setembro de 1991 como parte do processo de enfraquecimento e subsequente desintegração da União Soviética que ocorreu em dezembro do mesmo ano. O estabelecimento das antigas repúblicas soviéticas como Estados soberanos significou um impacto considerável na dinâmica do sistema internacional. Na nova realidade pós-soviética, foi necessário às recém-independentes repúblicas estabelecerem suas próprias relações internacionais e diretrizes de política externa em um mundo não mais moldado pelo sistema bipolar. Dessa forma, em janeiro de 1992, a Armênia foi admitida na Organização das Nações Unidas e, assim, adquiriu reconhecimento internacional.

Em fevereiro, a República da Armênia e a República Federativa do Brasil estabeleceram relações diplomáticas. Ainda em 1992, o Brasil recebeu visita oficial a Brasília do então presidente armênio Levon Ter Petrosyan, que esteve no país para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Eco-92, no Rio de Janeiro. O próximo




marco na relação entre os dois países foi a abertura, em 1998, do Consulado-Geral da Armênia na cidade de São Paulo, local que concentra a maior parte da significativa comunidade armênio-brasileira originária da diáspora.

A Embaixada Brasileira foi estabelecida em Ierevan em 2006, com a diplomata Renate Stille tornando-se a primeira embaixadora brasileira residente na capital do país transcaucasiano. Em contrapartida, Ashot Yeghazarian tornou-se o embaixador residente da Armênia no Brasil em 2010, pouco antes da inauguração da Embaixada em Brasília no ano seguinte. Durante este relativamente curto período desde o estabelecimento das relações bilaterais, ambos os países vieram a negociar e firmar acordos e tratados de mútua cooperação em diversos setores. Dentre estes, os mais relevantes são os Acordos de Cooperação Cultural (2002), Educacional (2016), e Técnica (2016).

Contudo, seria impossível analisar qualquer espécie de relacionamento internacional da República da Armênia sem mencionar um dos mais relevantes marcos na história desta nação: o genocídio armênio perpetrado pelo Império Turco-Otomano contra a população armênia em seu território. O reconhecimento internacional do genocídio se mantém como uma das maiores prioridades da diplomacia armênia, juntamente com a questão do conflito de Nagorno-Karabakh, e se configura como um ponto central de discussão e negociação para qualquer país que busque uma aproximação com esta república transcaucasiana.

2. Questão Armênia no contexto político-diplomático brasileiro


Os primeiros contatos entre a Primeira República Brasileira e a República da Armênia



tiveram seu início no contexto dos massacres de armênios perpetrados pelo Império Otomano, e posteriormente pela República da Turquia, e após o término da Primeira Guerra Mundial. Essas relações surgiram a partir de duas principais vertentes complementares: a imigração armênia ao Brasil e o reconhecimento da independência da Primeira República da Armênia por parte do governo brasileiro, em 1920.

A imigração armênia tem o seu início por volta da década de 1920, e foi composta em sua maior parte pelos sobreviventes dos massacres organizados pelo governo turco (MARCARIAN, 2008). Chegaram primeiro ao porto do Rio de Janeiro, a então capital federal, e logo se espalharam pelo restante do país. Concentraram-se finalmente na região da cidade de São Paulo, onde foram recebidos e acolhidos pelos imigrantes de primeira geração, que já haviam chegado ao Brasil no final do século XIX, e pela Igreja Armênia estabelecida por estes, que os auxiliou a encontrar abrigo e trabalho no novo país (MELO, 2011). A partir de então, formaram instituições e organizações socioculturais com a intenção de preservar a identidade armênia (MARCARIAN, 2008), as quais passaram a exercer um papel fundamental nas relações armênio-brasileiras em décadas posteriores.

Concomitantemente, como consequência do final da Grande Guerra, a nação armênia surgiu pela primeira vez desde a Idade Média como um Estado independente sob a forma da primeira, mas de curta duração, República Democrática da Armênia (1918 – 1920). As negociações de 1920 entre as potências Aliadas ocidentais e o Império Otomano buscaram garantir soberania política à Armênia e atribuíram grande papel ao governo dos Estados Unidos da América no planejamento das novas fronteiras turco-armênias e do apaziguamento das relações entre ambos os países.




Os conflitos armados da Armênia com a Turquia em 1918 e 1920, com a Geórgia em 1918, com o Azerbaijão em 1919-1920, causados, por um lado, pelas ocupações turca e alemã dos países do Cáucaso do Sul, em consequência do Tratado de Brest de 1918, que obrigou a Rússia de se retirar do Cáucaso, e exacerbados, por outro lado, pela intervenção da Entente no Cáucaso, liderada pela Grã-Bretanha, em 1918-1920, levaram o país à beira do colapso e da ameaça de absorção pela Turquia. O conflito armênio-azerbaidjano pela posse de Nakhichevan em 1920 expôs a Armênia, que invadiu os enclaves com a população étnica mista, a uma intervenção armada da Turquia, que, ao apoiar o Azerbaijão, chegou a ocupar dois terços do território do país em setembro-outubro de 1920, sem que os países da Entente viessem à ajuda da Armênia, a despeito dos pedidos insistentes do governo dashnaque. Diante da falência do governo do partido Dashnaktsutun, uma rebelião popular, que ocorreu no dia 29 de novembro de 1920, resultou na tomada do poder pelo comitê revolucionário da Armênia, que havia proclamado a República Socialista Soviética da Armênia. O governo dashnaque não reconheceu o novo poder e, já destituído, preferiu aceitar as condições onerosas do Tratado de Alexandrópolis com a Turquia, considerado nulo pelo governo soviético. A população armênia saudou a mudança do poder, dando crédito ao novo governo da República Socialista Soviética da Armênia, apoiado pelas forças armadas da Federação da Rússia, na esperança de que ele protegeria a Armênia da desintegração e defenderia a sua população da ameaça da aniquilação (GRAJDÁNSKAYA VOINA, 1982, p. 25, 41-43, 168, 228, 387).

O governo brasileiro, liderado na época pelo presidente Epitácio Pessoa, decidiu reconhecer a soberania da República da Armênia em três de novembro de 1920, e declarou que “estava pronto a contribuir, só ou conjuntamente com outras Potências, a pôr termo à angustiada situação da Armênia” (BRASIL, 1922, p. 27). Segundo Heitor Loureiro (2016), o

Brasil utilizava-se de um discurso humanitário para perseguir uma política externa pragmática, buscando ser condizente com o papel de destaque que lhe foi dado na Conferência da Paz de Paris e na recém-criada Liga das Nações. Estando na melhor posição entre os países sul-americanos para perseguir uma agenda de interesses que não fossem regionais, era essencial que o Brasil tentasse se apresentar como a segunda potência do hemisfério ocidental e “pronto para lidar com assuntos delicados no cenário global” (LOUREIRO, 2016, p. 20). É relevante ressaltar que todo o processo de inserção dos interesses armênios na pauta diplomática brasileira foi resultado da atuação política determinada de um “grupo de interesse de tamanho reduzido”, com respaldo na crescente comunidade imigrante no Rio de Janeiro (LOUREIRO, 2016, p. 18 – 19). Mas a continuidade da “Questão Armênia” na pauta política brasileira, no entanto, foi impossibilitada pela formação da República Socialista Soviética da Armênia, o estabelecimento definitivo das fronteiras turco-armênias em 1921, através dos Tratados de Moscou e de Kars, e sua subsequente adesão à União Soviética, em 1922.

Durante o período soviético, não havia relações entre o Brasil e a Armênia, uma vez que a Armênia se encontrava como parte constituinte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cuja diplomacia era dirigida por Moscou. Contudo, contatos se desenvolveram na forma de relações sociais, culturais, e científicas entre as populações local e diaspórica, tendo como grande avanço a criação do Comitê de Relações Culturais com os Armênios da Diáspora em 1964, que passou a permitir o contato estritamente regulado entre a Armênia Soviética e os armênios da diáspora espalhados pelo globo (ISHKANIAN, 2005). No caso do Brasil, esse comitê apoiava a comunidade armênio-brasileira com o objetivo de preservar e perpetuar a cultura da pátria-mãe, intensificando o intercâmbio entre as duas populações. Segundo Marcarian:

Nos anos 70 da Armênia Soviética, o elo era o Comitê de Relações Culturais com os Armênios da Diáspora, que constantemente enviava livros e materiais diversos para as escolas armênias, bem como para a Cadeira de Língua e Literatura Armênia da USP [...]. A partir



de 1982, artistas e escritores da Armênia visitaram terras brasileiras. A comunidade armênia teve, em duas oportunidades, em 1985 e 1987, a possibilidade de enviar jovens à Armênia em viagem cultural. (MARCARIAN, 2008, p. 112-113)

3. Relações bilaterais: estabelecimento e estagnação (1991 – 1998)

As relações bilaterais interestatais só seriam formadas após a desintegração da União Soviética, que resultou no surgimento de 15 novos Estados soberanos. Ainda em outubro de 1991, a República da Armênia elegeu o seu primeiro presidente, Levon Ter Petrosyan, que logo fez uma visita oficial ao Brasil em junho de 1992, apenas alguns poucos meses depois do estabelecimento das relações diplomáticas, em fevereiro. Contudo, muito tempo se passaria até que fosse dado o próximo passo do prosseguimento das relações bilaterais: o estabelecimento do Consulado-Geral em São Paulo, em 1998. A Armênia, recém-independente, tinha como interesse primário consolidar-se como novo ator no sistema internacional e no instável cenário transcaucasiano e estabelecer boas relações com estados de interesse estratégico fundamental, sobretudo com a Rússia. Desde aquele momento, prevalecia na pauta da política externa armênia a resolução pacífica do conflito de Nagorno-Karabakh.

O Brasil, por sua vez, passava por uma grave crise econômica, algo fundamental para compreender a sua política externa no período. Sobre o período do governo Itamar Franco (1992–1994), o diplomata brasileiro Rubens Ricupero (2017, p. 602) explica que, *“empenhada em conter danos e reduzir prejuízos, a diplomacia brasileira não contava na retaguarda com um país dotado de um módico de credibilidade que possibilitasse política exterior construtiva”*. Isso significava que, empenhado em resolver os problemas econômicos, o governo brasileiro

conferia ao Cáucaso baixa prioridade dentro de sua pauta de política externa. Além disso, se tratando da atuação dos grupos de pressão interna descendentes da diáspora, Heitor Loureiro (2015) afirma que a crise econômica teve um efeito pesado nas instituições da comunidade armênia baseada em São Paulo, composta em grande parte por empresários, o que reduziria a sua capacidade de exercer pressão política interna.

4. Relações bilaterais: progresso nas décadas de 2000 e 2010

Após a virada do século, foi possível abrir caminho para um maior desenvolvimento das relações bilaterais entre as Repúblicas brasileira e armênia, demonstrado pelo crescente número de visitas oficiais realizadas a partir desse período. Entre 14 e 16 de maio de 2000, esteve no Brasil, com a intenção de fortalecer os laços bilaterais, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Vartan Oskanian, que passou por São Paulo e Brasília e se encontrou com importantes personalidades da política brasileira, entre as quais o Vice-Presidente da República, Marco Maciel; o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; e o Vice-Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Em agosto de 2001, o Brasil enviou uma comitiva empresarial para a Armênia chefiada pelo Doutor Varujan Burmaian, que sucedeu em encontrar autoridades como o Presidente da República Armênia, Robert Kocharian; o Katolikos da Igreja Apostólica Armênia, Karekin II; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vartan Oskanian. Nessa ocasião, o presidente armênio *“referiu-se à sua grande expectativa de que, com o peso político do Brasil no contexto latino-americano, as relações econômico-comerciais entre os dois países se desenvolvessem a ponto de projetar cada um dos países nas suas respectivas áreas de influência regional”* (BRASIL,

2006, p. 4), e deixou evidente o quanto considerava necessária uma Embaixada brasileira em Ierevan a fim de aprofundar os laços bilaterais.

Em 2002, entre seis e oito de maio, o próprio Presidente da República Armênia, Robert Kocharian, fez a primeira visita oficial de alto nível a Brasília, durante a qual foram assinados dois acordos de grande relevância: o Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, e o Acordo de Cooperação Cultural. Ainda no final do mesmo ano, o Decreto de 25 de novembro de 2002, emitido pelo então Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, criou a Embaixada Brasileira em Ierevan, que foi inaugurada quatro anos depois, em 2006. Foi indicada a diplomata Renate Stille como primeira Embaixadora brasileira residente na capital da Armênia, enquanto o seu homólogo armênio, Ashot Yeghazarian, foi designado em 2010.

A segunda visita oficial de alto nível aconteceu em 2011, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Edward Nalbandian, chefiou a delegação de seu país que compareceu à cerimônia de posse da recém-eleita presidente brasileira Dilma Rousseff. O Ministro se encontrou com o chanceler brasileiro, Antonio de Aguiar Patriota, a fim de discutir formas de fortalecimento das relações entre ambos os países, dentre as quais foram ressaltadas *“a organização de visitas de alto nível, a condução de consultas políticas, o aprofundamento dos laços econômicos, e a intensificação do intercâmbio cultural”* (EDWARD..., 2011, tradução livre). Nesse mesmo ano, foi estabelecida a Embaixada Armênia em Brasília, em terreno disponibilizado pelo governo brasileiro em 2004.

Por fim, a terceira visita oficial de alto nível se deu em agosto de 2016, quando o

presidente Serzh Sargsyan foi o primeiro chefe de Estado estrangeiro a ser recebido pelo então presidente interino do Brasil: Michel Temer. Na ocasião foram assinados cinco acordos: de cooperação educacional; de cooperação técnica; de cooperação em agricultura; de consultas políticas; e de cooperação entre instituições de ensino diplomáticas. Foi o mais produtivo encontro entre representantes brasileiros e armênios até então, dadas a quantidade e relevância a ambos os países do conteúdo dos acordos assinados entre os dois chefes de Estado.

É importante ressaltar, contudo, que durante todo o período de vigência de relações diplomáticas os chefes de Estado armênios fizeram três visitas oficiais ao Brasil (1992, 2002, e 2016), enquanto nenhum presidente brasileiro as retribuiu com visita à Armênia. De forma semelhante, enquanto o Brasil recebeu os chanceleres armênios em 2000 e 2011, a primeira visita oficial de um Ministro das Relações Exteriores brasileiro se deu apenas em novembro de 2017, com a ida de Aloysio Nunes para se encontrar com Edward Nalbandian, então chanceler armênio. A viagem se deu em comemoração do 25º aniversário do estabelecimento das relações bilaterais, e foi marcada pela avaliação do que havia sido feito até o momento e discussões sobre as melhores formas de fortalecer os laços entre os dois países, especialmente nos campos do comércio e dos investimentos, sobre os quais foi assinado um memorando de cooperação.

É possível identificar algumas razões para a aproximação, embora ainda tímida, dos dois países durante o decorrer das décadas de 2000 e 2010. Por parte do Brasil, pode-se apontar a tentativa nesse período da ampliação da área de atuação de sua política externa, buscando se tornar um ator global, e não mais regional. Segundo o Ministro Antonio Patriota (2011, p. 32), em seu discurso de posse, “*o Brasil pode afirmar que pratica, hoje, uma diplomacia verdadeiramente universal*”. Isso é evidenciado pela atuação brasileira nas negociações do

Acordo de Teerã e na busca pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a intenção de tornar-se um membro permanente ao lado de países como os Estados Unidos, a Rússia, e a China. Ainda devido à presença de grande comunidade armênio-brasileira e aos “fortes laços humanos e culturais” compartilhados entre as duas nações, como ressaltou o chanceler Aloysio Nunes em 2017, o Brasil estaria em posição ideal, se desejasse aproveitá-la, para alcançar fortes relações bilaterais com a República Armênia, a qual ainda se encontra em posição geográfica ideal para o acesso brasileiro ao restante do Cáucaso e à Ásia Central.

A Armênia, por sua vez, buscaria perseguir algumas das principais diretrizes de sua política externa, como expostas pelo seu Ministério dos Negócios Estrangeiros: condições internacionais favoráveis ao seu desenvolvimento e fortalecimento da cooperação com países amigáveis. O Brasil, uma vez recuperado da recessão, passando por um período de crescimento econômico durante a primeira década dos anos 2000, e preparado para perseguir uma diplomacia além de sua região imediata de influência, se mostrou disponível para uma parceria política e econômica, embora ainda em estágio inicial de desenvolvimento. Havia também o fator fundamental da presença de significativa comunidade armênio-brasileira que busca exercer sua influência junto ao governo brasileiro em auxílio aos interesses da pátria original.

5. Relações econômicas e comerciais

Segundo a diplomata brasileira Marcela Maria Nicodemos, que se tornou Embaixadora do Brasil em Ierevan, em 2009, “as relações econômicas entre Brasil e Armênia são incipientes. [...] Nosso comércio bilateral está aquém do que poderia ser” (ECONOMIC..., 2012). A

mesma opinião é compartilhada por Edward Nalbandian, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia entre 2008 e maio de 2018, que afirmou em 2015 que “o volume de nossas relações econômicas e comerciais é pequeno. Com tantos países, tantas vezes menores do que o Brasil, temos muito mais trocas comerciais e econômicas” (TRANCHES, 2015).

Tabela I – Intercâmbio comercial (em dólares) entre Brasil e Armênia (2011-2018)

	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Intercâmbio comercial	Variação
2011	\$32.067.428	\$171.159	\$32.238.587	-
2012	\$34.180.839	\$19.030	\$34.199.869	6,1%
2013	\$35.599.398	\$116.302	\$35.715.700	4,4%
2014	\$39.238.549	\$551.741	\$39.790.290	11,4%
2015	\$20.844.202	\$101.014	\$20.945.216	-47,4%
2016	\$38.577.532	\$113.796	\$38.691.328	84,7%
2017	\$24.595.621	\$141.324	\$24.736.945	-36,1%
2018	\$26.341.521	\$160.273	\$26.501.794	7,1%

FONTE: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/comex-vis/frame-pais?pais=arm>>. Acesso em: 29/04/2019.

Como observado na Tabela I, o comércio bilateral é superavitário para o Brasil durante todo o período analisado, devido sobretudo ao grande tamanho da economia brasileira quando comparada à armênia. Em termos absolutos, percebe-se que as importações brasileiras de produtos armênios alcançam valores negligenciáveis em alguns momentos, perceptível principalmente no ano de 2012. Por sua vez, as exportações brasileiras à Armênia alcançam valores substancialmente mais elevados. Ainda assim, em 2018, corresponderam a apenas

0,011% das exportações totais do Brasil naquele ano, segundo os dados do MDIC.

Em termos de crescimento, as taxas são inconstantes e variam radicalmente entre anos subsequentes. A situação de 2015 é particularmente interessante, pois apresenta um declínio acentuado após três anos de crescimento relativamente regular e antecede um ano de grande crescimento. Edson Marinho Duarte Monteiro (2017), embaixador brasileiro em Ierevan durante o período, explica em seu relatório de gestão que a causa para o declínio foi a crise econômica e as sanções internacionais impostas em 2015 à Federação Russa, principal parceiro comercial e econômico da República Armênia. O impacto teria sido tremendo sobre as exportações da Armênia de forma geral, e também sobre as remessas de divisas provenientes de nacionais armênios que trabalham na Rússia. Por consequência, foram severamente reduzidas as importações armênias de produtos brasileiros, as quais são responsáveis pela maior parte do comércio bilateral como um todo.


Esse recorte evidencia um dos principais problemas da economia armênia que dificultam o aprofundamento do comércio bilateral: a sua enorme dependência com relação à economia russa, que por sua vez está constantemente sujeita a sanções internacionais. Outros fatores limitantes incluem: a grande distância geográfica; a inserção fundamental da Armênia no espaço eurasiático e sua participação em organizações econômicas regionais; a falta de costa marítima armênia, negando-lhe a facilidade de uma infraestrutura portuária; a presença de vizinhos hostis nas fronteiras armênias; e principalmente o desconhecimento por parte dos setores empresariais de ambos os países das oportunidades existentes.

Ainda assim, pode-se argumentar que existe certa falta de interesse do governo

brasileiro em promover o fortalecimento das relações comerciais. A fim de estabelecer uma comparação, observa-se o caso da República Argentina, vizinha do Brasil, portanto limitada pelos mesmos fatores geográficos, e possuidora de economia de tamanho muito inferior à brasileira. Entre 2013 e 2014, as exportações da Argentina para a Armênia cresceram 30% (US\$ 5,76 milhões para US\$ 7,52 milhões), segundo dados do *Guía de Negocios* (2015) do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto da Argentina*. No mesmo intervalo de tempo, as exportações brasileiras cresceram apenas 10,2% (US\$ 35,6 milhões para US\$ 39,24 milhões). Ressalta-se que, nesse período, o PIB argentino teve queda de 2,51%, enquanto o Brasil apresentou crescimento de 0,51%. Além disso, desde 1993, a Armênia possui acordo bilateral de promoção e proteção de investimentos com a República Argentina, que se tornou a quinta maior investidora estrangeira no país transcaucasiano, segundo afirmou o então presidente Serzh Sargsyan em 2016 (ARGENTINA..., 2016). Uma iniciativa semelhante a este tratado só foi realizada pelo Brasil em 2017, com a visita do chanceler brasileiro a Ierevan.

6. A questão de Nagorno-Karabakh


Para compreender parte da posição armênia, contudo, é necessário analisar como o Brasil se posiciona com relação a mais relevante questão de segurança nacional e conflito internacional na qual a Armênia se encontra inserida no contexto do pós-Guerra Fria: a disputa pela região de Nagorno-Karabakh. Este conflito possui raízes históricas profundas, mas encontra seu ponto de origem recente no processo de desintegração da União Soviética e no ressurgimento da Armênia e do Azerbaijão como repúblicas independentes. O território de Nagorno-Karabakh, habitado majoritariamente por uma população de etnia e religião armênia, permaneceu como parte do território azerbaijano como legado da divisão territorial realizada



pelo governo soviético, apesar da decisão da população local de tornar a região uma república independente. Embora nenhum país das Nações Unidas reconheça o território como tal, ele recebe apoio considerável da Armênia, que reivindica o princípio da autodeterminação dos povos como justificativa. Em contrapartida, o Azerbaijão afirma que busca proteger a sua soberania e integridade territorial.

Entre 1992 e 1994, ambos os países estiveram em conflito devido à questão do território, que chegou a um cessar fogo graças à mediação russa. Desde então, o status quo tem sido a ocupação armênia de Nagorno-Karabakh, o qual goza de relativa autonomia. Contudo, segundo o direito internacional, o Azerbaijão ainda possui soberania de jure sobre a região. Em 1993, uma série de quatro resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi realizada sobre o assunto, todas defendendo a resolução pacífica do conflito e reafirmando os direitos do Azerbaijão à sua soberania e integridade territorial. O Grupo de Minsk, atuando sob a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e formado por Estados Unidos, França, e Rússia, tem trabalhado para alcançar uma solução satisfatória para o conflito. Considerando a importância deste enfrentamento com o país vizinho, entende-se que a resolução deste problema seja prioridade para a política de relações exteriores da República da Armênia.

Com relação a este tema, o Estado brasileiro trata a questão com cautela, uma vez que assumir uma posição significa necessariamente desgastar o seu relacionamento com um dos lados do conflito. A partir de uma perspectiva econômica, contudo, os laços com o Azerbaijão possuem prioridade, uma vez que o país é mais rico e possui maior atividade comercial com o Brasil. Ainda assim, como já se viu, a Armênia e o Brasil têm vínculos culturais relevantes, além da existência da considerável comunidade armênio-brasileira atuando como elemento



importante na política interna. Dessa forma, percebe-se que o Brasil adota uma política segura de neutralidade e de afastamento do conflito. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil:

[...] defende a solução pacífica do conflito por meio de negociações e apoia os esforços do Grupo de Minsk. Ademais, defende a plena implementação das quatro Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1993 sobre Nagorno-Karabakh. (822, 853, 874, 884). (BRASIL, 2018, p. 14)

Em adição, o embaixador brasileiro em Baku entre 2013 e 2018, Santiago Alcázar, ressalta em seu relatório de gestão a tradição histórica brasileira de apoiar resoluções pacíficas para controvérsias e o potencial da diplomacia brasileira em “aglutinar, influir e liderar, qualidades essenciais para destravar situações complexas e incertas como a da região do Cáucaso em geral e a de Nagorno-Karabakh de modo específico” (ALCÁZAR, 2018, p. 9).

De forma geral, como se torna particularmente perceptível através da rodada de visitas aos países caucasianos empreendida por Aloysio Nunes, em 2017, o Brasil evita intrometer-se nessa questão mais do que o necessário e prefere adotar uma posição de neutralidade distante, reafirmando o seu apoio a uma resolução pacífica que seja satisfatória a ambos os países. Deste modo, torna-se possível preservar a tradição diplomática brasileira de respeito às normas do direito internacional e evitar a deterioração das relações com qualquer um dos países transcaucasianos.

7. A “Questão Armênia”: reconhecimento do genocídio

O último ponto a ser analisado acerca do desenvolvimento das relações bilaterais é a

questão do reconhecimento do genocídio. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Armênia, “o reconhecimento e condenação internacionais do Genocídio Armênio [...] continuaram a estar entre as prioridades da diplomacia armênia” (ARMENIA, 2018, p. 4, tradução livre). Por se tratar de um ponto contencioso com a vizinha República da Turquia, herdeira jurídica do extinto Império Otomano, na prática se percebe que muitos países evitam reconhecer a ocorrência do genocídio e, por consequência, arriscar comprometer as boas relações com a Turquia, um país considerado de maior relevância em termos estratégicos e econômicos.

Em 2015, centenário do genocídio, o Brasil deu o maior passo até então para iniciar o processo de reconhecimento. Os então senadores Aloysio Nunes (PSDB–SP) e José Serra (PSDB–SP) apresentaram ao Senado o requerimento de moção de solidariedade, pelo qual:

O Senado Federal reconhece o Genocídio do Povo Armênio [...]. Ao prestar homenagem às suas vítimas e reconhecer a contribuição para a formação econômica, social e cultural do Brasil de milhares de brasileiros descendentes de refugiados armênios, ressalta que nenhum genocídio deve ser esquecido para que não volte a acontecer. (BRASIL, 2015)

O texto ainda se referia ao evento como “*campanha de extermínio da população armênia em 1915*”, e lembra outros países e organizações que já emitiram declarações de reconhecimento, como Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Alemanha, e o Parlamento Europeu.


Embora a moção de solidariedade tenha sido aprovada no Senado, o Estado brasileiro ainda não reconhece os eventos de 1915 como genocídio, uma vez que a declaração não foi ratificada como lei pela Câmara dos Deputados e pelo Presidente da República. Ainda assim,

segundo Heitor Loureiro (2015), a “aprovação unânime [da moção] pelo Senado refletiu a força da comunidade Armênia no Brasil”, que tem trabalhado continuamente “desde a redemocratização” para introduzir a Questão Armênia na discussão política brasileira. Esse ativismo político teria levado a diversas iniciativas de reconhecimento do genocídio ao longo da história política recente no Brasil, como a lei de 1989 que instituía, no Estado de São Paulo, o “Dia da Solidariedade para com o Povo Armênio, a ser comemorado em 24 de Abril” (SÃO PAULO, 1989). Contudo, apenas em 2015 a data passaria a ser denominada como “Dia do Reconhecimento e Lembrança às Vítimas do Genocídio do Povo Armênio” (SÃO PAULO, 2015). Além de São Paulo, outros estados da Federação reconheceram o genocídio: Paraná, em 2012; e Rio de Janeiro, em 2015.

Durante grande parte dos anos 2000, o reconhecimento passou por período problemático quando o Brasil passou a classificar como estratégica a sua parceria com a Turquia, como parte do projeto de diplomacia de cooperação sul-sul do governo Lula (LOUREIRO, 2015). Dessa forma, como já elaborado, receava-se que o reconhecimento do genocídio causaria prejuízo ao desenvolvimento de relações amigáveis com Ancara. De fato, após a aprovação da moção de solidariedade em 2015, houve críticas do governo turco ao Senado brasileiro, que estaria atuando “sob a influência de lobbies armênios” (TURQUIA, 2015). O Embaixador turco em Brasília foi então “convocado para consultas”.

8. Considerações finais

As relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República da Armênia possuem até o momento poucos anos de duração, recentemente completando seu 25º aniversário



de estabelecimento. Devido a sua curta existência e aos percalços das conjunturas interna e externa de ambos os países, verificam-se dificuldades em estreitar as relações. A partir dos anos 2000, a maior parte do relacionamento armênio-brasileiro tem se limitado à celebração de acordos de cooperação em áreas do campo civil, considerados de grande relevância para o desenvolvimento econômico e cultural de ambos os países, como educação, cultura, e tecnologia, e às visitas de alto nível realizadas pelos presidentes e chanceleres armênios. Contudo, as visitas não foram correspondidas por parte do governo brasileiro, tornando o diálogo quase unilateral e colocando dúvidas sobre o interesse do Brasil em promover ainda mais a cooperação. Contudo, dada a distância geográfica entre ambos os países e a falta de uma área de atuação em comum no âmbito regional, é improvável que as duas partes irão priorizar um fortalecimento das relações além de acordos pontuais de cooperação.

O maior potencial de crescimento encontra-se na área das relações econômicas e comerciais, as quais estão abaixo de seu potencial e tem apresentado crescimento pequeno e inconstante ao longo dos últimos anos. As dificuldades para o desenvolvimento do comércio entre as duas repúblicas são claras, e se devem principalmente às questões geográficas, geopolíticas e geoeconômicas. Um esforço conjunto que busque melhorar o intercâmbio comercial bilateral e aumentar a cooperação econômica passa pela elaboração de estratégias aplicáveis para vencer essas limitações e explorar as vantagens que uma maior cooperação ofereceria aos dois países. Nesse processo, seria fundamental contar com o apoio da diáspora armênia no Brasil, cuja proximidade cultural com a pátria-mãe poderia auxiliar no estabelecimento de laços comerciais fortalecidos.

Em termos estratégicos, revela-se a importância dada pela Armênia à resolução do

conflito com seu vizinho sobre a questão de Nagorno-Karabakh, uma vez que se trata de assunto de proteção de minoria étnica em território estrangeiro. Por se configurar como uma das principais pautas de política externa armênia para o pós-Guerra Fria, quaisquer medidas de aproximação entre o Brasil e a Armênia estarão vinculadas a esta questão. Contudo, parece improvável que o Brasil adote qualquer política além da neutralidade que possa prejudicar as suas boas relações com o outro Estado envolvido no conflito.

Finalmente, outra demanda constante da política externa do país transcaucasiano é o reconhecimento internacional do genocídio armênio. No Brasil, essa questão encontra apoio sobretudo no ativismo da significativa comunidade de descendentes de imigrantes armênios, em sua maior parte sobreviventes do próprio genocídio, e nos principais grupos políticos aliados atuantes nas assembleias legislativas estaduais e no Congresso Federal. Uma série de avanços no sentido do reconhecimento foi alcançada durante esse período, os quais culminaram na Moção de Solidariedade aprovada pelo Senado em 2015. No entanto, enquanto a Turquia for considerada um país cuja parceria é estratégica aos interesses brasileiros, é improvável qualquer reconhecimento formal do assunto por parte do chefe de Estado brasileiro.

Referências

ALCÁZAR, Santiago. **Relatório de Gestão: Embaixada do Brasil em Baku**. [Baku], [2018]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7734934&ts=1553259263693&disposition=inline>. Acesso em: 25/08/2019.

GRAJDÁNSKAYA VOINA i voennaya intervênsia v SSSR. Moskva: Soviétskaya Entsiklopêdia: 1982.

ISHKANIAN, Armine. **Diaspora and global civil society: the impact of transnational**

diasporic activism on Armenia's post-Soviet transition. In: ATABAKI, T.; MEHENDALE, S. *Central Asia and the Caucasus: transnationalism and diaspora.* Nova York: Routledge, 2005. p. 113 – 139

LOUREIRO, Heitor. **Beyond the Brazilian vote: three decades of activism and counting.** *The Armenian Weekly*, 2015. Disponível em: <https://armenianweekly.com/2015/06/12/beyond-brazilian-vote/>. Acesso em: 20/09/2018.

LOUREIRO, Heitor. **Pragmatismo e humanitarismo: a política externa brasileira e a causa armênia (1912-1922).** Franca: UNESP, 2016. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/loureiro-heitor-de-andrade.pdf>. Acesso em: 08/09/2018.

MARCARIAN, Mônica. **Diáspora Armênia no Brasil.** *Revista de Estudos Orientais: USP*, São Paulo, nº 6, p. 109 – 115, jan. 2008. Disponível em: http://letrasorientais.fflch.usp.br/sites/letrasorientais.fflch.usp.br/files/REO_06.pdf. Acesso em: 08/09/2018.

MELO, A.. **A Imigração Armênia no Brasil.** V Congresso Internacional de História, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/119.pdf>. Acesso em: 08/09/2018.

MONTEIRO, Edson. **Relatório de Gestão: Embaixada do Brasil em Yerevan, Armênia.** [Yerevan], [2017]. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7144968&disposition=inline>. Acesso em: 30/09/2018.

PATRIOTA, Antonio. **Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores.** *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, n. 108, 1. sem. 2011. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha108_1Sem_2011.pdf. Acesso em: 30/09/2018.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750 – 2016.** 1. ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

Documentos:

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Guía de Negocios: 2015**. Ierevan, 2015. Disponível em: <http://earme.cancilleria.gov.ar/userfiles/GUIA%20DE%20NEGOCIOS%202015.pdf>. Acesso em: 30/09/2018.

ARMENIA. Ministry of Foreign Affairs. **Report Of The MFA Activities Of The Republic Of Armenia: 2017**. Yerevan, 2018. Disponível em: https://www.mfa.am/filemanager/annual%20report/ENG_MFA%20Report%202017.pdf. Acesso em: 08/09/2018.

BRASIL. Congresso. Senado. **Requerimento nº550, de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3876602&disposition=inline>. Acesso em: 01/10/2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório dos anos de 1920 e 1921 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1920-1921.pdf. Acesso em: 16/10/2018.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem (SF) nº 40, de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7733801&ts=1553259263490&disposition=inline>. Acesso em: 25/08/2019.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem (SF) nº 99, de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4582046&disposition=inline>. Acesso em: 28/08/2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 15.813, de 23 de Abril de 2015**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15813-23.04.2015.html>. Acesso em: 02/10/2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 6.468, de 19 de Maio de 1989**. São Paulo, 1989. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1989/lei-6468-19.05.1989.html>. Acesso em: 01/10/2018.

TURQUIA. Ministério das Relações Exteriores. No: 171, 8 June 2015, Press Release Regarding the Resolution Adopted by the Brazilian Senate on 2 June 2015 on the Events of 1915. Ancara, 2015. Disponível em: http://www.mfa.gov.tr/no_-171_-8-june-2015_-press-release-regarding-the-resolution-adopted-by-the-brazilian-senate-on-2-june-2015-on-the-events-of-1915.en.mfa. Acesso em: 01/10/2018.

Notícias:

ARGENTINA, entre los países que más invierten en Armenia. Prensa Centro Armenio, mar. 2016. Disponível em: <http://www.prensacentroarmenio.com.ar/argentina-entre-los-paises-que-mas-invierten-en-armenia/>. Acesso em: 28/08/2019.

BRAZILIAN Foreign Minister: I hope my visit to Armenia will make our bonds even stronger. News.am, nov. 2017. Disponível em: <https://news.am/eng/news/421474.html>. Acesso em: 29/09/2018.

ECONOMIC relations between Brazil and Armenia are incipient – Interview with A. News.am, jan. 2012. Disponível em: <https://news.am/eng/news/87102.html>. Acesso em: 28/08/2019.

EDWARD Nalbandian visits Brazil, Argentina. Aysor, jan. 2011. Disponível em: <https://www.aysor.am/en/news/2011/01/10/edvard-nalbandyan/235460>. Acesso em: 28/08/2019.

TRANCHES, Renata. ‘Procuramos realmente ter uma parceria forte com o Brasil’. Estadão, jun. 2015. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,procuramos-realmente-ter-uma-parceria-forte-com-o-brasil,1714530>. Acesso em: 28/08/2019.